

DIREITO A SAÚDE NO UNIVERSO DA JUDICIALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE INDICADORES

Autor(res)

Stênio Ribeiro De Oliveira
Katia Regina Cardoso Pedra

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Resumo

O objetivo geral deste trabalho é analisar se a judicialização na saúde têm contribuído para a melhoria da saúde da população brasileira. Os objetivos específicos serão: abordar os conceitos de saúde e judicialização e identificar os indicadores de saúde do Painel de Estatísticas Processuais de Direito da Saúde do CNJ. Para atingir os objetivos propostos optou-se por adotar nesta pesquisa a abordagem empírica qualitativa. A pesquisa qualitativa envolve a coleta e a análise de dados que não podem ser reduzidos numericamente. A fonte desses dados deve ser escrita. Serão exploradas informações, que somadas possibilitam uma compreensão global capaz de traduzir a complexidade do fenômeno pesquisado. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Os dados foram extraídos do Painel de Estatísticas Processuais de Direito da Saúde, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Concluiu-se, que ao contrário do que muitos pensam, a judicialização é benéfica à população brasileira. Entretanto, devido à morosidade nas tramitações de processos no Judiciário muitas pessoas morrem sem terem acesso, em tempo hábil, aos benefícios da saúde pública, como aquisição de remédios de alto custo, leitos oncológicos e tratamentos especializados. Verificou-se, que os processos que apresentam o maior tempo de tramitação nas Procuradorias Regionais Seccionais encontram-se no quesito Fornecimento de Medicamentos. Segundo o levantamento estatístico do ano de 2022, verificou a existência de processos com 695 dias de tramitação. No quesito Tratamento Médico Hospitalar - o maior tempo de tramitação - ano de 2022 – existem processos com 571 dias de tramitação. Verificou-se, que os indicadores de Índice de Atendimento à Demanda referentes ao quesito Fornecimentos de Medicamentos – apresentam em 2020: 143,72%. Quanto a Taxa de Congestionamentos, o quesito Fornecimento de Medicamentos, apresenta a maior taxa – o ano de 2022: 70,17%.